



A filosofia da linguagem de Wittgenstein e suas implicações para sócio-psicolinguística

Wittgenstein's Philosophy of Language and its Implication in Social Psycho-Linguistics

Marcel de ALMEIDA FREITAS

*Departamento de Sociologia y Antropología,
Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil*

RESUMEN

En este artículo se presentan algunos aportes a lo que se ha convenido en llamar la “filosofía del lenguaje” en Wittgenstein, de acuerdo a los recientes estudios que se han realizado en sociolingüística y psicolingüística. Entre estos aportes, se pueden destacar una visión pragmática del lenguaje y las formas intersubjetivas de la vida, en cuanto que determinadas por la cultura y los modos de significación del lenguaje.

Palabras clave: Wittgenstein, lenguaje, ciencias sociales, lingüística.

ABSTRACT

This article presents certain elements of what has been called the language philosophy of Wittgenstein according to recent studies carried out in sociolinguistics and psycholinguistics. Among these elements, a pragmatic vision of language and inter-subjective forms of life can be pointed to from a pragmatic perspective of language, in that they are determined by the culture and the signification modes of language.

Key words: Wittgenstein, language, social science, linguistic.

INTRODUÇÃO

Conforme alguns autores, a época atual vem recebendo muitas designações diferentes: ‘sociedade pós-industrial’, ‘era do vazio’, ‘civilização da imagem’, ‘era do indivíduo’¹, etc., tais clichês, segundo ele, buscam responder a uma tácita carência da civilização contemporânea em criar para si interpretações e teorias explicativas, já que, mais do que em outros momentos, a sociedade ocidental de hoje traz a urgência de se auto-entender. Além disso, carrega a vicissitude de apresentar uma auto-imagem, problemas, paradoxos, suas próprias saídas e suas limitações, além de uma infundável capacidade de originar hermenêuticas. Portanto, urge “a necessidade de explorar todas as possibilidades que uma cultura ‘logocêntrica’ se impõe” (Condé, 2001:9)².

Todavia, a realidade contemporânea contém não somente múltiplas versões do real, mas também como que uma suspeita do território a partir do qual tais interpretações são erigidas. O próprio sentido de Razão vem sendo questionado internamente. Assim, há dentro da cultura ocidental atual uma ‘crise da razão’. Esta se apresenta especialmente a partir do problema da fundamentação do saber, aliás, a partir do fracasso da pretensa fundamentação última do conhecimento (Condé, 2001). Com isto não se busca reduzir o problema da Razão à simples questão de um fundamento último; mas, inversamente, entende-se que a racionalidade pode prescindir de uma fundamentação última.

Um modelo de Razão baseado em Wittgenstein é diferente de uma concepção ortodoxa porque abandona a necessidade de uma fundamentação última na sua elaboração. Portanto, é preciso destacar que essa associação entre fundamentação e racionalidade foi recorrente na história da Filosofia ocidental, conseqüentemente, a decadência da noção de fundamentação colaborou frutiferamente para a crise da racionalidade na modernidade³. Wittgenstein (1994) abandona a tentativa de categorização, usando, em lugar desta tarefa, as noções de gramática e de jogos de linguagem, ambos ligados a contextos sociais específicos. Deste modo, tentar-se-á apontar como a idéia de que não existem proposições *a priori* influenciou a psicolinguística e a sóciolinguística pós-Wittgenstein.

Neste sentido, desde uma perspectiva da Filosofia da Linguagem wittgensteiniana, tentar-se-á neste artigo esboçar alguns pontos que auxiliem na reflexão sobre a crise da racionalidade e as implicações desta crise para a emergência dos estudos linguísticos. Tal intento, ainda que grandemente inspirado em Wittgenstein, não se propõe a ser um desdobramento de seu pensamento de modo estrito. Entre os pressupostos que podem ser inferidos da obra ulterior de Wittgenstein estão 1- o de que não há somente um único tipo de Razão, 2- e que ele fornece um corpo teórico tal que pode servir de instrumento para se tratar das complexas questões com as quais a racionalidade atual se depara, tais como a diversidade cultural, a subjetividade cambiante, a alteridade, os diversos discursos científicos, etc.

1 Tais conceitos Moreno (1995) retirou de Herbert Marcuse, Gilles Lipovetsky, Gilbert Durand e Alain Renaut, respectivamente.

2 O conceito de logocentrismo aqui deve ser entendido como sendo o fato de que a cultura ocidental reteve o *logos* como sua referência central.

3 Conforme Condé (2001), a modernidade se constitui, grosso modo, a partir do questionamento dos valores clássicos.

A linguagem pode ser definida como um sistema de signos, um conjunto de mecanismos comunicacionais e de instrumentos para o pensamento. Neste sentido, a grande variedade de idiomas acompanha a enorme variabilidade de sociedades humanas, sendo o fato cultural por excelência (Peterfalvi, 1973). A Lingüística, enquanto ramo de saber das ciências humanas, tem dois olhares específicos e complementares, a sociolingüística e a psicolingüística; ambas se debruçam sobre o mesmo fenômeno, a linguagem humana, entretanto, com enfoque distintos. Estes estudos ganharam grande propulsão, sobretudo a partir da década de 1960, sob a influência do estruturalismo francês, através da Psicanálise lacaniana e da Antropologia levi-straussiana.

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM WITTGENSTEINIANA E A CRISE DA RAZÃO MODERNA

No século XVII, com a queda dos valores do mundo feudal a partir de diversas crises (econômica, religiosa, política, etc.) que provocaram um certo ‘deslocamento’ do ser humano, o programa da modernidade operou com a crença de que a racionalização da vida não somente controlaria a natureza indômita, mas também libertaria o ser humano do seu jugo; tal idéia atingiu seu cume durante o iluminista século XVIII. No entanto, a partir deste período, a Razão moderna não se efetivou como capaz para garantir a resolução das questões fulcrais do ser humano. Assim, no século XIX, intelectuais como Kierkegaard, Freud, Marx e Nietzsche, se tornam os bastiões da dúvida quanto à pertinência do projeto de racionalização do universo, como almejado pela modernidade⁴.

Pensadores acerca da modernidade como Arendt (1972) ou Foucault (1987), por exemplo, apontam que estes intelectuais foram as figuras de vanguarda da rebeldia que assolou as ciências contra o padrão de racionalidade imperante até então. Então, instaura-se a passagem para a pós-modernidade⁵. Não apenas foi indagado os processos econômicos vigentes (Marx), a extrema centralização burocrática (Weber), a intensa racionalização da subjetividade (Freud) ou a predominância da visão idealista sobre a Razão concreta (Kierkegaard), mas também é posto sob suspeita o próprio conceito de Razão (Nietzsche). Novamente o indivíduo perde seu arcabouço referencial. Isto também desencadeia a suspeição sobre a própria inteligibilidade do real fornecida, até o momento, pela racionalidade moderna.

Por conseguinte, o paradoxo criado pela crise da Razão moderna parece, contraditoriamente, se postar como a indagação principal para o pensamento atual, ou seja, talvez a questão mais urgente seja: quais os novos parâmetros de constituição da Razão, a partir dos quais se apreende o mundo sem se apelar a uma fundamentação essencialista da racionalidade e que também não apele à relatividade extrema? No entendimento de Condé (2001),

4 Para Condé (2001), os questionamentos na Matemática, a teoria da evolução, a física quântica e a teoria da relatividade –do final do século XIX e início do século XX– serão os arautos de uma outra racionalidade dentro do campo da ciência. Pode-se acrescentar também a inovadora teoria do inconsciente, no campo das ciências humanas.

5 É relativamente um consenso na ciência histórica ocidental que a assim denominada Modernidade teve início por volta da segunda metade do século XVIII, com as revoluções francesa e industrial e foi até a década de 1960-70, quando vários movimentos de caráter contestatórios eclodiram no mundo apontando para profundas mudanças sócio-político-culturais e econômicas: esta seria a pós-modernidade. Do ponto de vista da Razão, conclui-se que a busca de outros modelos, que não os newtonianos, por exemplo, se fazia necessária.

seria dentro desta perspectiva mais abrangente do pensamento contemporâneo – com sua crise da Razão – que se poderia situar o trabalho de Wittgenstein.

Neste sentido, o interesse mais forte sobre a obra wittgensteiniana deve ser refletir, a partir de sua produção, algumas propostas para auxiliar no equacionamento de aspectos cruciais desta crise da racionalidade. Embora a busca pela teorização acerca da crise da racionalidade na qual se encontra a presente sociedade ocidental não tenha sido alvo direto de Wittgenstein, sua obra pode ser percebida como bem fértil para esta temática. Especialmente a filosofia mais amadurecida deste autor fornece alguns subsídios para se inspecionar este quadro social mais amplo e concede algumas respostas que auxiliam a elucidar tal problemática. Desta maneira, as reflexões de Wittgenstein “(...) contém os elementos básicos para a discussão contemporânea sobre a razão” (Welsch, *apud* Condé, 2001:13).

Diante disto, é lícito entender Wittgenstein enquanto herdeiro desta crise da racionalidade, não obstante a Filosofia por ele realizada esteja inscrita num conjunto mais particular, a saber, o da Filosofia analítica, na qual a temática da crise da Razão não se mostra como prioridade, sendo que a referida contribuição fornecida pelo trabalho de Wittgenstein para se refletir estes problemas se localiza na nomeada ‘virada lingüística’ pela qual passou a Filosofia mais recente (Condé, 2001). Com isto, é a partir do lugar privilegiado dado à linguagem, por meio da ‘pragmática da linguagem’, que tais temas são efetivamente tratados.

A alternativa ora apresentada para se lidar com o tema da Razão aqui discorrido, ou seja, a partir da Filosofia da Linguagem de Wittgenstein, é diversa das propostas que vem sendo baseadas neste pensador. Assim, conforme Habermas (1989), tal qual a Lingüística, aquela Filosofia não detém o caráter universalizante necessário a uma pragmática universal. Em outra frente, Rorty (1980) sustenta que a pluralidade e o aspecto ‘assimétrico’ da Filosofia wittgensteiniana –bem como seu implícito relativismo– se configura não somente como o que Wittgenstein possui de mais intelectualmente primoroso, mas se constitui na única trilha possível para se tratar a problemática da Razão.

A primeira objeção que pode ser feita às leituras da Filosofia de Wittgenstein no esclarecimento da Razão pós-moderna é a de que, em grande parte, não abordaram adequadamente a noção de ‘relativismo’ neste autor, além do que, variam de um intenso idealismo a um intenso empirismo, sendo que algumas ainda, como adverte Condé (2001), podem ser denominadas de ceticistas. Desta forma, estas análises não atingem as reais possibilidades pertinentes àquela obra. Quiçá a dificuldade em notar que a Filosofia de Wittgenstein não implementa completamente um posicionamento idealista ou realista venha do fato de que em um ou outro ponto de seu trabalho haja elementos que subsidiem tais postulados.

Diante disto, Harries (1968) supõe duas alternativas ‘opostas’ –empirista e idealista– de abordagem de Wittgenstein. Porém, tal qual vários estudiosos desta Filosofia, ele não nota que tais interpretações ‘contrárias’ aparecem porque na verdade não se consideram todas as implicações da pragmática da linguagem do Wittgenstein maduro. De modo generalizante, estas possibilidades de leitura esclarecem os motivos pelos quais intelectuais de ambas correntes lêem Wittgenstein. Em função disto, edificam tentativas de solução para a crise da racionalidade moderna opostas entre si. Assim, partindo de pressupostos distintos, a produção wittgensteiniana é apreendida parcialmente, o que pode ser, numa perspectiva hermenêutica, correto. No entanto, além de insatisfatórias para esclarecer aspectos da crise da Razão, tais propostas não exploram as verdadeiras ramificações da Filosofia da Linguagem em Wittgenstein.

Uma possibilidade para uma solução plausível acerca da crise da Razão, à luz da Filosofia wittgensteiniana, é a contribuição dada pelo trabalho de Condé (2001), por exemplo. Este autor informa que, de modo geral, as percepções ou críticas do pensamento de Wittgenstein são elaboradas desde uma interpretação clássica da sua produção intelectual. Esta visão tradicional, na qual se fundamentam Habermas e Rorty entre outros, possui dois pontos essenciais: 1- o ‘conselho’ de jamais se criar teses filosóficas e 2- o de entabular uma severa inspeção da linguagem, pois, por intermédio dela pode-se rechaçar equívocos oriundos do exame indevido das palavras. Estas devem, então, ser decompostas analiticamente.

Logo, segundo Wittgenstein, não somente teses filosóficas não deveriam ser formuladas, mas também teorias deste tipo: “(...) não devemos construir nenhum tipo de teoria (...)” (1994:109). Isto se deveria ao fato de que, para ele “(...) a filosofia não elucida nada e não conclui nada (1994:126). Assim sendo, para alguns pensadores, ele estaria então preconizando o esquecimento do *logos* e o ‘fim’ do pensar filosófico. Todavia, embora realmente algumas teses sejam, como ele afirma, ‘triviais’, isto não quer dizer que não sejam importantes e contribuam de alguma forma para o caminhar do pensamento ocidental moderno.

Ao defender a perspectiva de uma análise da linguagem consignada ao ‘mandamento’ de não se elaborar teses em Filosofia, as interpretações usuais negam em Wittgenstein –explícita ou implicitamente– a existência de algum conjunto explicativo do sistema e da operacionalização lingüística e, em razão disto, da racionalidade. Não obstante não possa ser nomeada ‘fundamento último’, a Filosofia da Linguagem do Wittgenstein maduro é capaz de fomentar um padrão de racionalidade que permite lidar de maneira assaz prolífera com a crise da racionalidade.

Porventura o principal obstáculo que dificulte a compreensão da sua noção de gramática como um modelo de racionalidade se encontre no conceito tradicional de ‘análise da linguagem’ na segunda etapa do pensamento wittgensteiniano. Certamente, a análise da linguagem apresenta um papel deveras importante no quadro geral da literatura de Wittgenstein, porém, o que seja uma ‘análise da linguagem’ não obrigatoriamente deve se reduzir à concepção que classicamente se consigna às *Investigações Filosóficas*. Assim sendo, as análises efetivas nesta obra não são exames no sentido de se ‘descobrir’ um sentido secreto nos modos de expressões lingüísticas. Para ele, toda significação é erigida na e pela pragmática da linguagem, que por sua vez é particular a determinadas formas de vida social.

Nestes termos, a gramática e a pragmática da linguagem não só avalizam o que é certo ou não escrever/dizer, mas também são passíveis de suscitar uma visão analítica tal que permita aferir até mesmo os critérios de sistematização do que é tomado como correto ou não. Se investigar tal estruturação é, conforme Condé (2001), uma das mais primordiais atribuições da Filosofia, pois é ali que se localizam os parâmetros da Razão que foram articulados na pragmática da linguagem.

Contudo, a partir da noção de análise, própria à Filosofia Analítica, a tradição percebeu que a função da Filosofia wittgensteiniana é principalmente propagar um modelo de análise ‘terapêutica’ da linguagem e não, além disso, fundamentar um pensamento crítico sobre as propostas da Filosofia e da Razão. Na abordagem dada à linguagem da segunda fase de Wittgenstein, a análise que está ligada à gramática vai além de uma perspectiva terapêutica. A análise não somente se configura em parâmetro terapêutico da linguagem como também favorece que se averigüe os critérios de estruturação do que é entendido como certo ou não.

Logo, em certo sentido, a análise não é a simples conscientização ou ajuste ‘terapêutico’ do que está em consonância com as normas em vigência, mas também é uma forma de verificação do que a gramática permite acatar como correto ou não. Dizendo de outra forma: a análise não somente aponta o que se aceita como certo ou não gramaticalmente, mas também evidencia o modo como se traça em determinada forma de vida cultural o que é convencionalizado como certo ou não (Condé, 2001). Tendo isso em vista, deve-se compreender a análise como um fenômeno mais profundo que uma operação meramente terapêutica, ou seja, apreendê-la também como algo que possibilita apreender como opera a linguagem e, partindo daí, como se ergue a Razão.

Como se modela gramaticalmente o que é estabelecido como racionalidade é a grande contribuição do pensamento de Wittgenstein. Diante disso, pode-se deduzir que é apenas a partir de uma maneira de vida –pragmática da linguagem, jogos de linguagem– que se instaura a gramática com a qual os sujeitos interagem com a realidade, seja por meio da utilização das regras, seja por intermédio da categorização de um objeto, visto que “(...) a gramática diz que tipo de objeto algo é” (Wittgenstein, 1994:373). Além disso, na medida em que formas de vida diversas engendram gramáticas diferentes, conseqüentemente criam maneiras diversas de tratar com o mundo e de conceituá-lo. Assim, a gramática inaugura ‘uma’ inteligibilidade, não ‘a’ inteligibilidade.

Devido a isto, nota-se que a Razão não se espalhou proporcionalmente da maneira como almejou a racionalidade moderna (em muitos aspectos, mirando-se na razão antiga), isto é, não se articulou em um modelo de sistema ordenado, hierárquico, não contraditório que se alicerça a partir de essencialismos últimos. Em oposição, o conceito de Razão em Wittgenstein se firma a partir da observação de que, em determinada forma de vida, a linguagem se compõe como uma teia, ou seja, uma espécie de rede multi-tentacular que se espalha através de ‘semelhanças de família’. Em relação a isto, Condé (2001) argumenta que, embora tal encadamento seja flexível, é suficientemente sólido para garantir a emergência de padrões de racionalidade que, ainda que não sejam totalmente fixos, são bastante estáveis para as demandas sociais.

De modo idêntico ao fato de as similaridades que perpassam os jogos de linguagem se comportarem de maneira não hierarquizada e estarem permanentemente receptivas para se conectarem, em vários aspectos e em direções diversas, com outros jogos de linguagem, a gramática enquanto componente de uma estrutura racional, também atua desta forma. Assim sendo, a gramática e as interações nos jogos de linguagem integram as ‘teias da razão’ (Wittgenstein, 1994). Em outras palavras: em face da crise da racionalidade, ao invés da Razão abstrata, centralizada e essencialista que particularizou o pensamento ocidental moderno, o filósofo propõe a gramática e os jogos de linguagem como uma racionalidade que se institui a partir das práticas coletivas e que não mais se baseia em alicerces metafísicos últimos.

Com isto, há que se abandonar o ‘encantamento’ pela linguagem que conduziu à idéia de que a Razão é um sistema ‘natural’, entendendo-se a racionalidade como uma ‘convenção’, uma construção. Ao se deparar com a crise da racionalidade moderna no momento em que esta mostra suas limitações, contradições, equívocos e aporias, não se trata de resgatá-la mais uma vez, mas, desmanchando-se o deslumbramento por ela, superá-la. Segundo Condé (2001), é necessário abrir mão da ilusão que atava o pensamento ocidental a tal estrutura abstrata e ideal que, em função disto, não mais possibilita avançar por si mesmo. Portanto, “(...) é preciso voltar ao atrito do solo áspero das práticas sociais e aí estabelecer os critérios de racionalidade” (Condé, 2001:24).

Quando aqui há a referência ao modelo de Razão inspirado por Wittgenstein, não se está simplesmente dizendo que a linguagem interage sistematicamente dentro de si mesmo a partir de suas partes, mas especialmente, se está procurando evidenciar que é em tal imbricação no contexto de uma forma de vida que se assenta a racionalidade que possibilita determinar o que é aceito, conforme os jogos de linguagem e a gramática, como certo ou não. Por conseguinte, as ‘certezas’ são fornecidas pela gramática, pelos elementos circunstanciais e pelos jogos da linguagem. A gramática de uma forma de vida não é encerrada, e é a partir dessa característica que ela apresenta, em graus diversos, ramificações que se configuram como ‘similaridades de família’, sendo capaz de se concatenar com gramáticas de formas de vida diferentes.

Essas ocasionais similitudes entre distintas gramáticas não são desencadeadas por alguma ‘supergramática’, como adverte Condé (2001), nem por fenômenos transcendentais, mas pelas similaridades na maneira de agir das formas de vida. Enfim, as semelhanças nas relações destes modos de vida fazem com que parâmetros sejam estabelecidos para uma interação racionalizada entre elas. Dizendo de outro modo, é partindo da gramática e dos jogos de linguagem que se especifica a capacidade de assentamento de estruturas de racionalidade que são passíveis de serem compreendidas e até serem admitidas por distintas formas de vida.

Obviamente que a determinação de critérios racionais que possam ser compartilhados por maneiras de vida diversas não rechaça problemáticas como a imposição através da força. Sendo assim, a capacidade de localizar parâmetros de racionalidade comuns a formas de vida diferentes não é o único critério na interação entre tais formas de vida. Contudo, embora a temática da dominação seja crucial e que, de algum modo, se vincula com o problema dos critérios da Razão, não é a questão diretamente tratada neste texto. Consequentemente, aqui se entende a idéia de análise não só em suas peculiaridades terapêuticas, mas também como o âmbito a partir do qual a estrutura e a prática lingüísticas são entendidas, ou seja, a gramática e os jogos de linguagem nos quais se fixam os critérios que são disponibilizados para se lidar com os eventos mundanos, as posições individuais frente ao outro, etc.

Isto significa que a partir dos aportes de Wittgenstein é possível sim construir ‘teses’, desde que elas não sejam metafísicas e sejam autenticadas pela gramática. Segundo Condé (2001), o próprio filósofo procede deste modo. Assim, a Filosofia de Wittgenstein informa a instituição de um determinado estilo de ‘teorização’. Em verdade, caso não se admita que a segunda fase wittgensteiniana apresente concepções e estabeleça ‘teses’, se é impelido a compreender os pressupostos contidos nas *Investigações Filosóficas* como formando uma tese que fala que não existem teses.

Entretanto, sob o ponto de vista do Wittgenstein mais maduro, tal assertiva não significa que qualquer tese deve ser admitida. Dizer que o próprio autor desenvolve teses não significa afirmar que as produções de sua segunda etapa são transcendentais, nem se argumenta que o filósofo dispõe o pensamento numa aporia e que a única solução que sobra à racionalidade é o transcendental. Para ele são legítimas somente as teses que não são ‘ilusões gramaticais’, teses que não nascem da aplicação equivocada da linguagem. Por conseguinte, o que delimita o que é ou não ‘ilusão gramatical’ é a análise terapêutica da linguagem. Para tanto, essa análise terapêutica apresenta critérios, todavia, o que os condiciona se descobre através da análise da estrutura gramatical atrelada a uma maneira de vida, e não por intermédio da positividade dos fenômenos ou do caráter ideal da forma lógica transcendental.

De fato, parece que a Filosofia de Wittgenstein não é a extirpação da metafísica pela análise da linguagem (Condé, 2001). Porém, este caminho que frisa o caráter terapêutico da análise foi percorrido desde os trabalhos mais pioneiros acerca das *Investigações Filosóficas*, efetivados ainda nos anos 1950. Tal destaque foi fruto, em parte, da própria maneira como o assunto foi abordado por Wittgenstein, assim como é produto de uma herança dentro da Filosofia da Linguagem que vem desde Russell, do Círculo de Viena e desemboca na Filosofia da Linguagem Cotidiana produzida em Oxford. Consegue-se, com isto, verificar que o conceito de análise, em si mesmo, passou a ser central nos programas de Filosofia analítica, não obstante, a noção de análise se distinguir de um intelectual para outro dentro desta vertente filosófica desde os seus primórdios.

Assim, as interpretações tradicionais compreenderam que o papel da Filosofia em Wittgenstein é, especialmente, facilitar uma análise terapêutica da linguagem, e não entabular uma análise crítica da racionalidade. Contrariamente, Condé (2001) defende que se investir numa leitura de Wittgenstein embasada na análise terapêutica da linguagem é menosprezar, em certo sentido, as peculiaridades e riquezas do pensamento do filósofo. De certa maneira, críticas à metafísica originando-se de uma análise da linguagem já haviam sido empreendidas por Chomsky (1978), por exemplo, entre outros. Nesta linha de raciocínio incluem-se aqueles pensadores preocupados em combater a inflação do discurso, a produção da metafísica, os excessos lingüísticos.

É nesta abordagem que ora se entende as interpretações anteriores de Wittgenstein, enfatizando-se a análise da linguagem como terapia. No que concerne ao ‘imperativo’ de não se proceder a teses, a partir de uma inspeção mais detalhada das *Investigações Filosóficas*, consegue-se verificar que existem admoestações a essa prescrição, e teses não só podem ser elaboradas (seguramente que não teses metafísicas), mas seriam até necessárias. Outro aspecto importante é que um dos focos principais de Wittgenstein é estabelecer um tipo mais holístico de racionalidade, embora não seja totalizante⁶. Não obstante, “Wittgenstein, a partir dessa concepção crítica da linguagem, luta contra esse aspecto enfeitizador da linguagem a partir da própria linguagem” (Condé, 2001:30).

Não se consegue achar, na literatura mais madura de Wittgenstein, a racionalidade alicerçada em uma base última, de acordo com a concepção clássica de que tudo estaria fundamentado em um ponto dorsal (arché, essência, etc.), de onde todas as interações seriam estruturadas. Porém, é possível se conceber, particularmente a partir do conceito de gramática e das relações dos jogos de linguagem, uma Razão que se alastra em uma teia multidirecionada. Com isto, um modelo de racionalidade wittgensteiniano, mesmo fracamente configurado, permite desvendar a Razão contemporânea sem depender de uma conduta cética ou niilista ou mesmo extremamente relativista.

Isso permitiria também uma posição face a crise da Razão que seria distinta tanto do relativismo quanto do universalismo, tendo em vista que para Wittgenstein quer uma quer outra postura terminam por ser idealistas, alheias à pragmática da linguagem. Assim, Condé (2001) diz que, nesse panorama mais amplo da crise da racionalidade, Wittgenstein, por meio da análise da linguagem, herdeiro de intelectuais como Nietzsche, quebra o padrão de Razão moderna, enveredando, com isto, pelo pós-moderno. Mas, diversamente de uma tra-

6 Aqui pode ser esclarecedor uma premissa antropológica: ao cientista social é permitido estudar o todo a partir de uma ou de algumas partes da sociedade, mas raramente ele consegue estudar tudo.

dição que atribuiu à análise da linguagem a principal riqueza da Filosofia, Wittgenstein, com seus recursos conceituais, advoga que algo deve ser posto no lugar desta Razão decadente, outro modelo de racionalidade que consiga ser mais útil para se trabalhar com os atuais problemas filosóficos.

Dizendo com outras palavras, um padrão de racionalidade que não esteja embasado em uma essência última e, de modo distinto do que supõem vários de seus estudiosos, que não se torne reclusa em uma abordagem absolutamente relativista. Rorty (1980), por sua vez, coloca que a Filosofia wittgensteiniana se contrapõe a toda Filosofia sistemática. Ele denomina Wittgenstein como um filósofo edificante, que então se oporia aos filósofos sistemáticos. Segundo o autor, 'edificante' seriam os filósofos 'marginais', pragmáticos e céticos em relação à Filosofia sistemática. Assim, para Rorty, Wittgenstein seria propositadamente periférico.

Contrariamente, Wittgenstein não merece ser visto apenas como um filósofo reativo; ainda que ele não seja diretamente sistemático, em algum sentido seu trabalho pode suscitar uma noção de racionalidade que favoreça o estabelecimento de critérios não exclusivamente para se lidar com a crise da racionalidade, mas também com os problemas filosóficos mais amplos. Todavia, não se trata de vincular Wittgenstein à idéia clássica de Razão sistemática, mas de algum modo procurar contornar a posição dicotômica exposta por Rorty (1980). Provavelmente, o enigma trazido pela Filosofia de Wittgenstein ultrapassa tal classificação, não se enquadrando, portanto, na Filosofia tradicional.

Em suma, com o estudo minucioso da produção wittgensteiniana elucida-se o fato de que não se deve imaginar um saber *a priori*, e que a diferença entre proposições empíricas e gramaticais neste filósofo é somente de papel, e não de espécie. Grande parte dos erros cometidos nas abordagens de Wittgenstein, ora rotulando-o enquanto realista, ora nomeando-o idealista, como cético ou mesmo relativista, é que partem de uma investigação tradicionalista das *Investigações Filosóficas*. Desta feita, concordando-se com Condé (2001), pode-se postular que Wittgenstein destrona uma Razão universal e imprescindível para depositar em seu lugar uma racionalidade específica e contextual, que sai da gramática e dos vários jogos de linguagem. Neste sentido, a gramática não só informa a categoria de determinada 'coisa', mas o que é racional ou não em dada situação.

RAZÃO (ÔES) E GRAMÁTICA(S) EM WITTGENSTEIN

O que tem sentido e o que não tem, à luz da teoria wittgensteiniana, é dado pela gramática; sendo assim, esta instância, juntamente às interações dos jogos de linguagem, cumpre uma função central no engendramento dos parâmetros da Razão. Tal concepção de racionalidade, extraída da Filosofia da Linguagem de Wittgenstein, é fundamentada em quatro pressupostos básicos articulados entre si: 1- a renúncia de uma perspectiva semântica em proveito de uma profundamente pragmática; 2- adoção de uma abordagem holística, ainda que não seja totalizadora e hierarquizada, caracterizando-se por uma particular idéia de sistema; 3- uma postura anti-essencialista e anti-fundacionista; 4- relevância da análise na gramática.

No que concerne ao primeiro tópico, ou seja, à pragmática, Wittgenstein abriu mão de um modelo contemplativo de Razão, no qual se estabelecia uma representação da realidade, para por em seu lugar uma racionalidade que enfatiza as relações. Desta maneira, os critérios de Razão não ficam mais ancorados em uma instância que transcende o saber em

uma espécie de essência lógica, mas são configurados nos jogos de linguagem e na gramática de certa forma de vida.

Abandonando tal vertente representacionista da Filosofia clássica, Wittgenstein alega que as perguntas que daí floresciam, tais como, ‘o que garante o laço entre o mundo e a linguagem’, eram somente ilusões. Não parece haver uma essência última a garantir essa interação, ainda que ‘as razões’ possam ser, de algum modo, fundamentadas nos jogos de linguagem, isto é, não obstante se consiga encontrar uma explicação ‘conclusiva’ para elas. Nesta repulsa à Razão contemplativa do ver, Wittgenstein adere então a uma racionalidade que se instaura a partir da gramática e do atuar.

Conseqüentemente, a maneira de julgar está diretamente vinculada ao modo de agir, sendo que numa perspectiva gestáltica, esta afirmação seria *vis a vis*. Este é um aspecto primordial da Razão que se depreende da Filosofia da linguagem de Wittgenstein: a formação de parâmetros de julgamento que partem da interação na pragmática de determinada forma de vida. A racionalidade, então, emerge da gramática e das relações dos jogos de linguagem em dada forma de vida. Dizendo de outro modo: na medida em que esse atuar é um atuar num jogo de linguagem aberto a inúmeros outros jogos, certos julgamentos e as categorias para executá-lo se constituem a partir das normas que regem esses diversos jogos.

Portanto, dizer que a racionalidade se estabelece em uma forma de vida é verificar que os parâmetros para se julgar, que são elaborados partindo-se do agir, não se configuram na singularidade de somente ‘uma regra’ para ‘um jogo’ de linguagem, mas saem do conjunto dos regulamentos que integram a gramática. Além disso, na medida em que a gramática constitui suas normas a partir dessa pluralidade dos jogos, ela também especifica o segundo tópico a ser comentado, a saber, sua dimensão holística, embora não totalizante.

A gramática não é totalizante porque não ambiciona fornecer ‘a’ inteligibilidade última e absoluta da realidade, como se todas as visões de mundo tivessem que convergir para ela. Contudo, é holística porque mostra um âmbito panorâmico, configurando, com as interações dos jogos de linguagem, um padrão *sui generis* de ‘sistema’ aberto e descentralizado, no qual a Razão não está ancorada em nenhum lugar privilegiado nem nenhum ponto estabelecido, mas opostamente, constitui-se a partir de um sistema referencial, ou seja, das utilizações, dos jogos de linguagem, das analogias e inter-relações que se espalham em determinada forma de vida dinamicamente.

Com efeito, na gramática, tanto quanto nos jogos de linguagem, certas características (similaridades de família) constam em alguns regulamentos, em outros estão parcialmente presentes e em outros ainda são completamente inexistentes. É desta maneira que a gramática e os jogos de linguagem dão origem a uma espécie de teia, isto é, uma rede com uma Razão multidirecionada e, assim sendo, dão origem a um tipo específico de sistema. Mesmo que o vocábulo ‘sistema’ possa estar carregado de um significado metafísico totalizador, foi escolhido por Wittgenstein para conceituar as interações entre os jogos de linguagem e a gramática enquanto uma rede maleável de imbricações diversas, nas quais se fixam as configurações que integram a racionalidade de uma forma de vida.

Em contraposição à Razão moderna, que desejou se constituir de forma englobante, expressando-se como uma estrutura ‘metafísica’ –um ‘corpo’ fundado sobre fortes alicerces– que revelaria, assim, a ‘ordenação’ natural das coisas, a Razão holista da Filosofia da linguagem em Wittgenstein, inversamente, engendra um sistema que se distribui como uma teia multi-orientada por entre outras teias potenciais. No entanto, mesmo que pareça grandemente contraditório, a noção de ‘sistema’ é pouco sistemática, ou seja, o que Witt-

genstein assim denomina é fruto de precários e fragmentados arranjos entre a gramática e os jogos de linguagem, fazendo nascer uma intrincada rede de significados que por sua vez inauguram determinados critérios de Razão e de julgamento.

Múltiplos são os esclarecimentos de Wittgenstein sobre o que ele nomeia como ‘conhecimento’, lógica e julgamento enquanto integrantes de um mesmo sistema. Parece que o ponto fulcral seja precisamente o de que dada Filosofia da linguagem constitui um peculiar modelo de ‘sistema’, que então permite o entendimento da racionalidade em uma visão nova. Assim, para ele, toda confirmação ou invalidação de uma suposição tem lugar internamente a um certo sistema.

Os argumentos, os critérios da Razão e do julgamento, assim como as ‘alternativas’ de emprego dos mesmos, são fornecidos somente dentro desse ‘sistema’, ou seja, são internos à gramática e às interações dos jogos da linguagem em certa forma de vida. Não se trata só de propor que aquilo que se crê integra um sistema, mas principalmente, trata-se de constatar que os discursos conquistam determinados significados a partir das ações. Em outras palavras, o sistema não é apenas um esqueleto lingüístico, mas também é um sistema de condutas. É a partir dessa visão pragmática que o saber utilizado forma um gigantesco sistema.

É nesse sentido que, entre outras coisas, não se deve efetuar uma diferenciação de espécie, mas somente de papel, entre proposições empíricas e gramaticais. Ambas fazem parte do mesmo sistema gramatical. Até mesmo a originalidade de uma proposição empírica só tem sentido a partir do conjunto da gramática. Ainda que proposições empíricas introjetadas por meio das experiências possam ser entendidas como corretas, a experiência sozinha não as ensina, mas ao contrário, ensina a partir de um conjunto de proposições interligadas.

O terceiro ponto crucial na elaboração da Filosofia da linguagem wittgensteiniana enquanto um padrão de racionalidade é a recusa de toda busca de edificação de fundamentos últimos. A gramática em Wittgenstein ganha sua justificativa de ‘ser’ não em uma essência última, mas nos vários jogos de linguagem que se entrelaçam por intermédio das ‘semelhanças de família’. Logo, ainda que inicialmente um aspecto instaurado de forma aleatória dentro da prática social permaneça possuindo função por determinado período no jogo de linguagem, ou seja, ainda que apresente suficiente regularidade, tal característica pode ser entendida como referência deste jogo (transforma-se num paradigma do jogo), sendo incorporada no seu fundamento, não obstante o jogo em si mesmo não seja fundamento, sendo, portanto, imprevisível.

Embora o filósofo não tenha sido explícito ao enunciar a gramática e os jogos de linguagem como um estilo de ‘sistema’, em contraposição à idéia clássica de Razão, grande parte do pensamento contemporâneo sublinha esta linha do seu trabalho, testificando, assim, o pioneirismo de Wittgenstein. Diante disso, alguns intelectuais contemporâneos também entenderam a racionalidade enquanto um sistema, numa abordagem próxima de Wittgenstein; este é o caso, por exemplo, de Deleuze & Guatari (1980).

Todavia, há que se destacar que, mesmo possuindo muitos pontos em comum, os dois autores se afastam significativamente de Wittgenstein em alguns outros, como na questão do relativismo, de certo modo não ultrapassado por aqueles. Porém, o que o modelo de racionalidade que emerge da Filosofia da linguagem de Wittgenstein avança em relação a empreendimentos filosóficos contemporâneos parecidos é o estabelecimento de parâmetros que possibilitam determinada forma de vida se inter-relacionar racionalmente com outras e, deste modo, promover uma maneira mais eficaz de lidar com o relativismo.

O último aspecto na determinação da noção wittgensteiniana de Razão se refere à função da análise dos jogos de linguagem e da gramática. Nas Investigações Filosóficas, a análise é concebida como a descrição do emprego das asserções; consiste de um detalhamento da gramática e dos jogos de linguagem. A partir disto, é realizado o mapeamento de suas ‘potencialidades’, isto é, o que, conforme a gramática, está certo ou não. Onde são achados equívocos, um enunciado é trocado por outro. Nestes termos, a análise wittgensteiniana, embora por razões distintas, é uma prática intelectual terapêutica.

Porém, urge assinalar que a análise para ele não se resume à idéia tradicional da Filosofia analítica; definitivamente sua pretensão não é ontológica. Wittgenstein ultrapassa a noção de análise frequentemente presente na Filosofia da linguagem para lançar mão de uma apreensão de maior fôlego: a busca de uma perspectiva panorâmica das práticas linguísticas o que possibilita, além de aferir a adequação de uma sentença, definir as fronteiras da racionalidade. Extrapolando bastante seu aspecto terapêutico, a análise, na segunda fase de Wittgenstein, facilita a compreensão dos limites da Razão e, de certa maneira, intenta desenvolver uma visão transparente da realidade.

Não obstante os parâmetros de racionalidade sejam encontrados na gramática e nos jogos de linguagem, visto que a gramática e os jogos de linguagem são processuais, não há critérios absolutos para a especificação destas limitações. A análise transforma-se, por conseguinte, em importante parâmetro de entendimento do que é estabelecido como referência para a Razão. A partir da análise, não somente examina-se a utilização de um vocábulo ou o uso de uma norma, mas se conhece o que é racional ou não. Em resumo, a análise é o esquadrinhamento das possibilidades gramaticais.

Tendo como ponto de partida a análise, pode-se apreender não só o que a gramática traça como certo ou errado, mas também é possível se aferir os parâmetros de tal delimitação – verificar o que é tido como correto ou não. Nesse sentido, a análise ultrapassa uma tarefa meramente terapêutica, isto é, não apenas apresenta se o uso da regra está conforme os padrões, como também como tais procedimentos particulares têm seu significado a partir do conjunto das regras e métodos (conjunto este composto pela gramática e pelos jogos de linguagem). Desta forma, à luz da concepção de Filosofia da linguagem existente nas *Investigações Filosóficas*, pode-se induzir que a análise, mais que uma ferramenta para a determinação do uso convencional das expressões nos jogos de linguagem, beneficia uma compreensão do que é instituído como racional (i. e., saber se a norma foi seguida).

A própria análise do uso de uma norma em especial apenas é possível pela gramática, ou seja, de maneira idêntica que o que especifica o valor da exceção são as regulações, o que determina o valor de uma norma em particular são as próprias normas. A análise é, antes de tudo, uma “consideração filosófica” (Wittgenstein, 1994:90). Não se trata de descobrir a ‘análise absoluta’, mas a determinação da exatidão do sentido por meio da análise. O se almeja na análise é uma análise possível a partir das ‘alternativas’ propiciadas pela gramática que determinam o sentido do jogo de linguagem ou a gramática do que está sendo analisado. A análise é, assim, não só relativa à gramática, mas intermediada por ela.

Com efeito, a análise é gramatical na medida em que elucida algo por intermédio de outras palavras, e também porque não existe uma elucidação última. O término de uma análise não é achar a última resposta ou o fundamento último, mas sim a efetuação de uma possibilidade gramatical em um jogo de linguagem. Como foi dito, as interpretações ortodoxas de Wittgenstein supuseram que para o filósofo a função da Filosofia era principalmente fomentar um tipo de ‘análise terapêutica da linguagem’ e não, além disso, elaborar uma reflexão sobre as potencialidades da Razão. Dentro deste raciocínio, o aspecto exclusivamente

terapêutico da idéia de análise da linguagem foi entendido como um dos aspectos principais deste trabalho de Wittgenstein.

No entanto, no segundo momento de produção wittgensteiniana, a análise não é compreendida meramente no que concerne à aplicação de uma norma, mas com respeito ao emprego de um regulamento no contexto da gramática tida como constelação de normas. O sistema de referência que compõe a gramática, não obstante esteja dado nos jogos de linguagem, não é facilmente notado. Em geral falta uma visão panorâmica que faça com que seja vista em todas as suas prováveis conexões; por isto é trabalhoso definir uma representação perspicua (Moreno, 1995). A maior parte dos equívocos na linguagem surgem desta ausência de perspectiva abrangente.

Em síntese, tal 'visão panorâmica' permite captar a gramática e os jogos de linguagem enquanto um 'sistema', desvelando o caráter estrutural da gramática. A abordagem 'panorâmica' possui duas dimensões cruciais: 1- possibilita, analiticamente, estabelecer se alguma coisa está certa ou não, conforme certas regras e usos específicos; depois 2- a possibilidade de realização de toda análise, em si mesma, se constitui a partir da gramática sistêmica, enquanto um coletivo de regras que criam determinadas 'visões do mundo'. Estes pontos desde o princípio separaram Wittgenstein de outros pensadores que trabalham com a Filosofia da linguagem, todavia, não foram detectados por vários acadêmicos que se debruçaram sobre as *Investigações Filosóficas*.

Mesmo que a análise seja materializada pela 'gramática panorâmica' em algum grau, ela pode ultrapassar a gramática, ou seja, pode expandi-la, sendo utilizada para buscar a explanação dos jogos de linguagem presentes em outras gramáticas através de contraposições e concatenações entre as mesmas. Assim sendo, a análise tem importante papel no entendimento da gramática como uma saída do relativismo total.

RAZÃO E RAZÕES, LINGUAGEM E LINGUAGENS

O tipo de Razão que é inaugurado a partir da Filosofia da Linguagem de Wittgenstein permite lidar com o tema do relativismo avançando em relação às propostas contemporâneas, e assim, promove uma maneira mais profícua de se pensar o relativismo, apontando soluções possíveis para os 'choques' entre diferentes modos de vida. O que colaborou para que se compusesse a idéia de Wittgenstein como um filósofo 'relativista' foi, em grande medida, a visão que muitos de seus estudiosos desenvolveram de sua aceção do que viria a ser 'formas de vida'.

A interpretação tradicional deste conceito propala que as formas de vida são impermeáveis umas às outras, porém, essa é uma apreensão obsoleta. Embora saia da correta noção de que a inteligibilidade do que se configura como 'racional' é apenas alcançada internamente à determinada forma de vida, na qual a gramática e os jogos de linguagem orientam os limites da Razão, a proposição da impenetrabilidade das formas de vida não toma em consideração que a gramática em si mesma é uma estrutura dinâmica e aberta, e que diferentes formas de vida podem ter similitudes de família em diversos pontos e aspectos em seus modos de agir.

Por outro lado, se estilos diferentes de lidar com a realidade produzem racionalidades distintas, então, formas de vida diferentes constituem, também, racionalidades diversas. Consequentemente, a singularidade de certa forma de vida seria 'incomparável'. Tal entendimento também encontra suporte na idéia de que não se instaura, nem pelo modo de agir nem pela gramática de uma forma de vida, 'a' inteligibilidade do mundo, mas 'uma' in-

teligibilidade peculiar àquela forma de vida. Entretanto, as formas de vida seriam totalmente incomensuráveis umas às outras?

A imprecisão do conceito de forma de vida provocou profundas dificuldades na compreensão do alcance de uma Razão em Wittgenstein no tocante à imbricação entre diferentes formas de vida. Hoje, em contraste de algum tempo atrás, tal idéia é escopo de uma apreensão mais definida, pois a literatura crítica sobre o tema aumentou formidavelmente. O termo ‘formas de vida’ aparece raras vezes na produção wittgensteiniana. Para alguns teóricos, a sua importância é inversamente proporcional à quantidade de oportunidades em que surge nos textos. Além disso, discute-se as influências recebidas por Wittgenstein na criação da referida expressão, entre as quais, a de Goethe. Examina-se também se tal conceito englobaria em igual medida as instâncias biológica e social.

Em relação à influência incorporada pelo filósofo, o mais importante é a magnitude que a noção adquire no contexto da obra de Wittgenstein. Coerentemente à leitura de Condé (2001), compreende-se que são várias as formas de vida e, por conseguinte, o uso do conceito deve ser efetivado no plural. Finalmente, na assertiva de que distintas formas de vida não só são biologicamente diferentes no que tange à vida humana, afirma-se que também culturalmente elas se distinguem. No entanto, à revelia desse avanço na explanação dessa idéia, ainda não foi suficientemente resolvida a questão da interação entre distintas formas de vida, especialmente o tema relativo ao que permite uma relação equilibrada entre elas ou o oposto, porque em determinados momentos existem conflitos entre elas.

Cada gramática encontra sua justificativa em sua própria forma de vida, todavia, a autonomia das formas de vida exacerba não somente a legitimidade delas mesmas, mas expõe o problema da conformação de critérios de racionalidade que possam assegurar o ‘diálogo’ entre elas. Talvez esse seja o mais importante assunto filosófico legado pela crise da Razão moderna. Em síntese, na lacuna da falência do modelo moderno de Razão, em que não é difícil encontrar a necessidade de contrapor discursos antagonistas, a urgência de parâmetros de racionalidade transforma-se em algo imprescindível.

O que a derrocada da Razão moderna acendeu foi o relativismo no pensamento atual. Esse perfil relativista comporta não apenas a complexa relação entre formas de vida, mas também a não menos complicada imbricação entre diferentes campos de uma mesma forma de vida, como por exemplo, as interpenetrações entre religião, ciência, arte, política, etc. Contudo, contrariamente a algumas visões filosóficas contemporâneas que superestimam o paradigma relativista, a Filosofia da Linguagem wittgensteiniana permite a emergência de um modelo de racionalidade que, não obstante não traspasse todos os âmbitos das muitas formas de vida, sinaliza para a possibilidade de existência de um ‘diálogo’ entre tais formas de vida.

Sendo assim, opostamente ao que sustentam certas interpretações antigas das *Investigações Filosóficas*, formas de vida não são absolutamente estanques, sendo esta perspectiva constituída não só a partir dos jogos de linguagem, como também do conceito de gramática. Portanto, as interações entre formas de vida diferentes através de jogos de linguagem têm importância fundamental para o diálogo entre elas. São nesses jogos de linguagem fronteiriços que se ancoram as aproximações entre diferentes formas de vida. Concretamente, o contato entre elas ocorre nesses jogos de linguagem, cujos parâmetros de avaliação são oferecidos pelas respectivas gramáticas envolvidas.

Assim, um mesmo jogo de linguagem limítrofe é arranjado a partir das interações de duas gramáticas distintas. Dessa forma, tão importante quanto as interações do jogo de lin-

guagem, é a gramática. Aqui, ao aquilatar a importância da gramática aos jogos de linguagem, o que é trazido à tona, é a pragmática da linguagem wittgensteiniana. Da mesma maneira que não se deve acentuar os fatos, por um lado, e por outro, nem a linguagem, também não se pode superestimar os jogos de linguagem em proveito da gramática e *vis a vis*. Neste sentido, é a gramática que ‘dita’ o modo de pensar.

A discussão a respeito da relação entre linguagem, pensamento e surgimento do sujeito na gramática de Wittgenstein, ajuda a refletir sobre a temática do relativismo neste intelectual. A partir da sua acepção antipsicologizante do significado, que desconstrói a idéia de uma linguagem individualizada e a imanência do cogito, o ser humano, tal como a linguagem, sendo produto social, pode interagir com sujeitos de outras formas de vida e firmar ‘acordos’ a partir dos jogos de linguagem e das semelhanças de família que porventura existam nos seus respectivos padrões de vida. Entretanto, o processo cultural não é completamente aleatório, tendo seus limites na história natural do ser humano. Assim, por exemplo, uma expressão de dor será reconhecida como tal por todos os povos do mundo independentemente da linguagem utilizada que a acompanha.

Com efeito, nas inter-relações entre formas de vida é perceptível a existência do subsolo biológico comum ao ser humano que forneceria o limite ao relativismo. Todavia, como é amplamente frisado pela Antropologia, os aspectos naturais e fisiológicos são condições necessárias, mas não exclusivas para a compreensão das relações entre as formas de vida. Por conseguinte, os pontos extremos mais expressivos do relativismo não jazem nos aspectos biológicos, mas nas questões culturais (Wittgenstein, 1992).

Como foi assinalado, não se trata de captar ‘a’ realidade, mas uma maneira de interagir com ela mediada pelos jogos de linguagem e da gramática. Porém, esta perspectiva não almeja sustentar o relativismo, mas criticar o dogmatismo tanto das posturas idealistas quanto objetivistas que defendem ‘o’ modo certo de compreensão da realidade – a gramática pretensamente universal. Aqui, o que parece ser relativismo é uma forma de mostrar que linguagem e fenômenos se ‘harmonizam’ nos jogos de linguagem, possibilitando com isto a constituição não somente da ‘maneira de pensar’ e da Razão, mas da maneira de organizar o universo. Embora não exista ‘neutralidade’, isto não significa diretamente que não possam existir negociações.

Destarte, para assentar um ‘acordo’ entre distintas formas de ver a realidade, o papel das respectivas gramáticas é tão importante quanto o caráter ‘aberto’ dos jogos de linguagem que operam a aproximação destas formas de vida. E como já foi citado, o mundo é percebido a partir da gramática, sendo que toda e qualquer forma de ‘negociação’ entre formas de vida diversas entre si, a fim de ser racional, deve obrigatoriamente se arvorar numa gramática, antes mesmo de procurar aproximações entre os respectivos jogos de linguagem. Logo, a solução para o problema da racionalidade não se localiza somente na ‘aproximação’ entre formas de vida, ou seja, nas interações do jogo de linguagem ‘limítrofe’, posto que a Razão ligada à gramática não se reduz a ‘um’ jogo de linguagem, nem a um jogo fronteiro entre formas de vida, mas se configura na pluralidade dos jogos de linguagem.

Alguns jogos dificilmente podem ser jogados sem o conhecimento profundo das gramáticas que os regulam, como por exemplo, o sentido de certos comportamentos, condutas, rituais, crenças, valores estéticos, etc. Diante disso, observa-se que, partindo do conceito de como funciona um jogo de linguagem, não há a exigência de um padrão comum para a solução do conflito entre formas de vida, já que na transmutação de um jogo a outro não se necessita de mediação de ‘supra jogo’. Nossas assertivas não saem de um ponto externo aos jogos de linguagem, mas são internas aos próprios jogos. Ademais, as considerações pres-

supõem a capacidade de jogar jogos de linguagem, a competência linguística da qual todo ser humano é dotado.

Se a compreensão do mundo é erigida pela gramática, o efeito mais importante disso é que, toda vez que alguém se insere num jogo de linguagem, já é estipulado o lugar de onde ele fala. Vale lembrar que tal perspectiva influenciou toda a corrente da análise do discurso francesa (Mainueneau, 1993). Ainda quando o sujeito é introduzido em um novo jogo de linguagem, e esse modifique sua gramática, mesmo assim, é dela que ele parte num primeiro momento. Confrontar-se com o ‘inusitado’ ou com o ‘estranho’ não é somente o término de um jogo habitual, mas o princípio de outro jogo de linguagem. O não habitual constitui as potencialidades de ampliação da gramática. Antropologicamente, então se pode dizer que “(...) a experiência do estranhamento é a experiência da perda da orientação” (Sedmak, *apud* Condé 2001:191), pois, a reorientação é o incremento da gramática.

As sutis alterações entre os jogos de linguagem são também favorecidas pela gramática no sentido de que as relações entre os jogos de linguagem são regidas por ela. Schneider (*apud* Condé, 2001) tenta evidenciar o que ele nomeia de relações horizontais e relações verticais entre os jogos de linguagem. Como ilustração, ele cita o jogo de linguagem ‘simular dor’, que estaria em relação horizontal com o jogo de linguagem ‘simular alegria’, mas em uma relação vertical com o jogo de linguagem ‘sentir dor’. Ademais, o jogo de linguagem ‘simular dor’ é secundário em relação ao sentimento de dor, ou seja, somente se consegue jogar a simulação se se aprendeu a linguagem da sensação de dor.

Ainda segundo o mesmo autor, as narrações introspectivas são secundárias aos jogos de linguagem dos relatos acerca das percepções dos objetos. A capacidade desses trânsitos verticais entre os jogos de linguagem seria o componente fundamental da potencialidade humana em falar, posto que “(...) compreender uma linguagem significa dominar uma técnica” (Wittgenstein, 1994:199). Isso posto, as nuances entre os jogos de linguagem em relações verticais são notadas por meio de uma gramática que circunda uma complexa rede de interações. Com efeito, ainda que a diferenciação entre jogos horizontais e verticais seja teoricamente plausível para a apreensão da gramática, em geral, na relação cotidiana entre distintas gramáticas não aparece uma forte segmentação entre os dois modelos de jogos.

A utilização da linguagem é o domínio de uma técnica, assim, da mesma forma que não se segue uma regra só uma vez, o controle da técnica também não se circunscreve a somente um jogo de linguagem. Nesta ótica, a técnica é resultado de uma teia multi-ramificada de ações, não dissociada do emprego da linguagem, isto é, também ela é erigida a partir do holismo intrínseco à gramática. Então, para Wittgenstein, a gramática é percebida como o ‘local’ a partir do qual são estabelecidas as considerações acerca do mundo, do qual tem-se o controle sobre uma técnica e de onde é construída a noção de racionalidade. Fazer uso de um jogo de linguagem qualquer é, por exemplo, “relatar um acontecimento (...), expor uma hipótese e prová-la (...) inventar uma história e ler; representar teatro” (Wittgenstein, 1994:23), e pressupõe uma gramática. Os argumentos são dotados de vida no interior de um sistema que abarca não somente as relações dos jogos de linguagem, mas a gramática em si mesma; isto demonstra porque os argumentos não se constituem isoladamente.

Não obstante por um lado o jogo de linguagem configure em si próprio uma estrutura relativamente autônoma, por outro “(...) compreender uma proposição significa compreender uma linguagem” (Wittgenstein, 1994:194). Em outros termos: por mais que um jogo de linguagem tenha valor em si mesmo, tal valor, em graus múltiplos, se conforma a partir de um sistema mais vasto que também inclui a gramática. É dessa maneira que o conhecimento configura um extenso sistema, sendo apenas no interior dessa estrutura que a singulari-

dade tem o valor que lhe é atrelado. Os critérios de julgamento utilizados para um jogo de linguagem, em grande parte das ocasiões, não são fornecido somente por este jogo, mas pela variedade dos jogos nos quais os sujeitos estão integrados e pela gramática que permite tratar deles.

Diante disso, não é o jogo de linguagem em si de forma isolada ou simplesmente a habilidade do ser humano em jogar tais jogos que pode dirimir o relativismo extremado (conflito entre Razões), mas a adequação entre os jogos, a competência lingüística e a gramática que norteia o conjunto dos jogos que são jogados. O que garante a comparação entre os jogos de linguagem de distintas formas de vida é a gramática; pode-se abandonar um jogo de linguagem, todavia não se consegue sair de todos os jogos, ou seja, não se pode deixar repentinamente uma gramática para apanhar outra gramática, pois não há uma arquiagramática acima de todas. Porém, a partir da gramática de um sujeito dado, pode-se assentar relações e parâmetros para apreender outras gramáticas baseando-se em possíveis pontos nodais próximos, mas, mormente a partir do compartilhar de similaridades na maneira como se vive na realidade. Não obstante a gramática seja o âmbito onde são construídos os critérios de julgamento, é possível a compreensão de formas de vida diversas por intermédio dela;

Imagine que você chegue como pesquisador em um país desconhecido com uma língua inteiramente desconhecida. Em que circunstâncias você diria que as pessoas dão ordens, compreendem-nas, seguem-nas, se revoltam contra elas, e assim por diante? O modo de atuar compartilhado pelos homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma linguagem estrangeira (Wittgenstein, 1994:195).

A referência para o entendimento de determinada forma de vida estrangeira não é só a atuação dos sujeitos, mas também aspectos do atuar da própria pessoa que chega numa cultura estrangeira e que são similares aos daquele povo. Não há exatamente um solo comum, mas somente comportamentos, práticas, interações, em síntese, modos de agir, que podem ser compartilhados como similaridades de família, eventualmente em maior e em outros casos em menor índice. Partilhar similitudes de família entre formas de vida significa compactuar não simplesmente com jogos de linguagem, mas com semelhanças de família em relação a hábitos, costumes, cosmovisões, instituições, etc. Neste sentido, a linguagem seria a objetivação da cultura, e para compreender uma linguagem estrangeira e, posteriormente, sua lógica, além de ser capaz de interagir em um jogo de linguagem ou até dominar o idioma, exige-se compreender suas instituições sociais.

Conforme o filósofo, “(...) seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez (...)” (Wittgenstein, 1994:199) são costumes institucionalizados. Diante disso, quando uma linguagem é utilizada, a “intenção está inserida na situação, nos hábitos humanos e nas instituições” (Wittgenstein, 1994:337). Por conseguinte, a gramática é uma espécie de Razão que encontra sua justificação nas instituições. O pensador não traça precisamente o que é uma instituição; seriam hábitos, práticas e costumes sociais que se instauram por intermédio dos jogos de linguagem nas formas de vida (p. e., a instituição do valor monetário, do senso estético, ético, a escrita e a leitura, padrões métricos, etc.).

Assim, a apreensão de uma forma de vida alienígena se dá não apenas pelo compartilhamento de jogos de linguagem limítrofes, mas também a partir da compreensão de como suas instituições são constituídas enquanto tradições. Consequentemente, se não se conhece as tradições e instituições de uma sociedade, não se compreende sua racionalidade. Contudo, já que essas instituições são públicas, emergem da *práxis* coletiva, é possível enten-

der uma outra forma de vida compreendendo-se sua prática cotidiana. Por outro lado, através do trabalho de Wittgenstein também se depreende que não somente o sujeito é produto social, mas também as próprias crenças e saberes que o envolvem. Neste raciocínio, as crenças de certa forma de vida nos possibilitam saber quais normas são mais ou menos importantes para esta forma de vida.

Se compreender uma forma de vida é o mesmo que apreender suas instituições, costumes, hábitos e tradições nos quais ela se conformou, então há uma tendência em se compreender mais facilmente as formas de vida que são dotadas de semelhanças com as instituições de quem chega numa nova forma de vida. Isto quer dizer que a compreensão dos aspectos parecidos e dos divergentes entre formas de vida é favorecida pelo fato de que tanto a gramática quanto as instituições são moldadas na *práxis* coletiva. Com efeito, gramáticas e instituições estrangeiras também podem ser examinadas a partir das próprias vivências do analista. Este processo visa achar regularidades que dotam de sentido as instituições estrangeiras e, assim, aprimorar a apreensão acerca das formas de vida.

Conclui-se, assim, que não há uma superinstituição a partir da qual se possam encontrar critérios últimos de aproximação entre distintas formas de vida. Somente por intermédio de instituições de dada forma de vida, a partir de um certo jogo de linguagem e de uma gramática, ou seja, a partir de uma Razão específica, é que se tem os critérios de entendimento e avaliação de uma forma de vida estrangeira. Instituições de formas de vida diversas podem apresentar semelhanças, embora algumas instituições possam ser completamente *sui generis* a determinada forma de vida.

Porém, isso não significa que, por apresentar sua originalidade, determinada forma de vida não é passível de ser apreendida. O fato de haver dificuldades na ‘tradutibilidade’ entre formas de vida não quer dizer que exista rigidamente uma barreira para a compreensão entre elas. Se a gramática de uma forma de vida é suficientemente rica para fazer as adaptações necessárias para essa ‘decodificação’, ela ultrapassa limites e apreende a outra forma de vida. Dessa maneira, semelhanças na forma de agir de diferentes formas de vida não são bases comuns, mas similaridades em práticas, costumes e instituições que podem, em consequência, originar sentidos e acepções similares que, então, possibilitam a moldagem de referências para se pensar práticas e hábitos e mesmo para compreender tais práticas sociais e seus simbolismos.

Talvez seja impossível encontrar uma forma de vida humana que não possua nenhuma aparência em suas instituições com o restante da humanidade; sob esta ótica, o relativismo absoluto parece ser improvável. No entanto, na maior parte das vezes, as gramáticas são complexas e, ainda que apresentem similitudes, mostram também agudas diferenças. Em determinados aspectos, isso minora a capacidade de compreensão entre elas, contudo, não finaliza tal possibilidade. Independentemente de sua complexidade, através de mecanismos que se valem dos jogos de linguagem, uma forma de vida pode agregar novos jogos e inaugurar as adaptações indispensáveis para a ‘tradutibilidade’ com formas de vida diferentes.

Todavia, a alternativa ‘desacordo’, não necessariamente um conflito de grande impacto, é sempre presente. Assim, na tentativa de aproximação, podem existir os que não compreendem as regras ou até os que as desrespeitam abertamente. Em outros termos, aproximações nos jogos de linguagem entre formas de vida distintas, já que se sustentam em suas próprias gramáticas, não garantem absolutamente a negociação, porque quando se confrontam dois princípios irreconciliáveis, um sempre desautorizará o outro. Pode-se acrescentar que a resolução deste tipo de impasse se resolve, freqüentemente, pela imposi-

ção – tendo em vista que as relações de poder entre as partes nem sempre são iguais, fato este não contemplado por Wittgenstein.

Se jogar o jogo ou a competência lingüística fossem o principal critério na confrontação entre formas de vida, não existiriam grandes diferenças entre elas: não haveria tantos padrões antagônicos de racionalidade, posto que todo ser humano poderia, ainda que idealmente, jogar jogos de linguagem. Os desajustes entre as diferentes visões de Razão não acontecem propriamente na incapacidade de jogar ‘um’ jogo de linguagem, mas nas diferenças entre os estilos de atuar e nas distinções entre as gramáticas. Desta maneira, um modelo wittgensteiniano de Razão pode-se transforma-se em elemento útil como proposta para se tratar do impasse relativismo *versus* universalismo.

A racionalidade que se depreende do segundo Wittgenstein revela que na interação entre formas de vida não somente podem existir aproximações por intermédio de jogos de linguagem, mas, sobretudo que, não obstante estas aproximações sejam possibilitadas pela ‘lógica interna’ de suas gramáticas (erguidas a partir de suas performances), mesmo assim tais formas de vida e suas respectivas gramáticas podem ter caracteres análogos em diferentes graus por intermédio das similaridades que compartilham em suas instituições e em suas maneiras de agir. Frisar quais formas de vida (e também, que diferentes períodos histórico-culturais) podem comungar semelhanças de família nas maneiras de agir é dizer que, mesmo que uma forma de vida estabeleça seus próprios parâmetros de Razão, pode interagir racionalmente com outras.

A partir das semelhanças de família nas formas de atuar e das relações entre as formas de vida, cada uma delas edifica os pressupostos de racionalidade que constituirão a compreensão mútua. A mesma característica que permite compreender a racionalidade de uma certa forma de vida, também possibilita a compreensão de como tal forma de vida, com sua Razão particular, pode se abrir a outras. Partindo da noção de gramática como um padrão de racionalidade que se firma fundamentando-se na constatação de que nos jogos de linguagem de uma forma de vida ela se conforma como uma rede multidirecional que se espalha através de ‘semelhanças de família’, conclui-se que diferentes gramáticas podem, em alguns pontos, erguer acepções análogas a partir de comportamentos também similares no modo de agir das formas de vida.

Efetivamente que essas similitudes de família nos aspectos macro e microsociais podem surgir tanto ao comparar várias formas de vida quanto internamente a uma forma de vida singular. No caso da cultura brasileira, por exemplo, existem muitas semelhanças de família entre suas múltiplas instituições ou, em outras palavras, entre suas respectivas gramáticas: da ciência, da arte, da ética, etc. Logo, embora as instituições de culturas distintas não sejam simples cópias umas das outras, mostram similaridades de família. Em verdade, ainda dentro de uma cultura ou de uma forma de vida peculiar, o que vem a ser uma instituição pode também ser pensado em termos de semelhanças de família.

Assim, a própria idéia de alguma coisa com o nome de ‘ciência’ é uma construção social, já que não existe ‘a’ ciência, mas ‘ciências’, a saber, um complexo de teorias e métodos científicos heterogêneos, que mesmo assim podem ser trazidas para a linguagem por meio do mesmo vocábulo. Todavia, com esta afirmação não se está aqui reificando o nominalismo, visto que: “Os nominalistas cometem o erro de interpretar todas as palavras como nomes, portanto, não descrevem efetivamente seu emprego, mas, por assim dizer, dão apenas uma indicação formal para tal descrição” (Wittgenstein, 1994:203).

Sendo assim, o que torna algo científico, ainda que provisoriamente, o que separa a Medicina do curandeirismo, por exemplo, são os jogos de linguagem das ciências e suas respectivas gramáticas em uma determinada forma de vida, ou seja, o conjunto de normas, procedimentos, métodos, discursos, fatos, em síntese, os jogos de linguagem envolvidos. Ainda que Wittgenstein não tenha sido um filósofo da ciência *strictu sensu*, sua literatura também fomentou grandemente a reflexão filosófica sobre a ciência. Até mesmo Kuhn (*apud* Moreno, 1995) endossou a influência da obra wittgensteiniana.

Essa gramática da ciência se configura através da conjunção de um número razoável de semelhanças de família entre os jogos de linguagem. Tendo em vista que esta gramática é um sistema aberto de inter-relações e justaposições de jogos de linguagem, é imperativo afirmar que existem similaridades de família entre a ciência, o curandeirismo, a religiosidade, os mitos, e que podem, em graus diversos, influenciar a ciência na sua própria gramática. É nesse sentido que, de acordo com Wittgenstein, é um disparate se falar que as intuições típicas dos sistemas de crenças são irracionais e/ou falsas visões das coisas. Segundo ele, assim procedeu Frazer quando escreveu que a magia essencialmente era uma pseudofísica, uma falsa técnica, uma arte abortiva (Wittgenstein, 1992).

Na interação entre gramáticas não se compara uma com outra de modo global, mas só alguns pontos de uma com outros pontos de outra, os que lhes correspondem. A Razão da compreensão entre formas de vida não se origina do reduzir uma à outra, mas em se dar conta de algumas semelhanças em seus critérios de apercepção, elaborados pelas respectivas gramáticas, modos de agir e instituições, pois gramáticas diferentes não são obrigatoriamente incomensuráveis. Conforme Moreno (1995), pode-se argumentar que os aspectos de família em comum, compartilhados entre diferentes gramáticas em seus jogos de linguagem, são fracos para se constituir num modelo de racionalidade que permita a relação gramatical. Todavia, o 'poder' desta proposição está exatamente nesta 'debilidade', isto é, nessa flexibilidade e não-essencialismo.

Da mesma forma que a significação pode se alterar de um jogo de linguagem para outro, o que vem a ser uma característica existente entre dois modos de vida para a configuração de uma semelhança de família também está passível à dinâmica processual das interações e das negociações entre essas formas de vida. Finalmente, defender-se-ia que características pretensamente semelhantes podem ter impactos bem diferentes nessa comparação entre várias formas de vida, ao que se pode replicar que aspectos supostamente distintos, ao serem contrapostos, podem se mostrar como semelhantes. Com efeito, o que realmente interessa não é somente o que supostos caracteres semelhantes significaram em suas gramáticas ou nas instituições coletivas originais, mas quais significados são imputados a essas características quando comparadas à luz de cada forma de vida em especial.

Conseqüentemente, a ótica wittgensteiniana se coloca de maneira diferente para enfrentar a crise da Razão moderna. Não procura assumir o completo relativismo por um lado, nem adota uma visão universalizante, por outro. Por maior que seja a aceitação de uma racionalidade, ela não consegue refletir nenhuma perspectiva metafísica ou transcendental, mas somente tem um viés hegemônico que pode até mesmo vir de uma postura etnocentrista, anuladora de outras racionalidades. No outro extremo, uma forma de vida pode intentar, por meio da gramática, maximizar as possibilidades de compartilhamento ou 'negociação' com outras formas de vida, dirimindo assim o relativismo.

Esta perspectiva advoga uma racionalidade que se forma a partir de uma complexa teia de relações entre jogos de linguagem e gramática. Não obstante o fato de essa Razão estar alicerçada em um fundamento orgânico que exprime, por exemplo, a habilidade lingüís-

tica humana, não se resume a uma ‘dimensão biológica’, como se a racionalidade fosse um sistema simplesmente ‘natural’. É produto de uma *práxis* sociocultural e, em função disso, não é universal, mas é uma racionalidade contingente. Porém, na medida em que essa rede pode comungar semelhanças com maneiras de atuar de outras redes, com outras razões, ela mitiga enormemente o relativismo. Nestes termos, sublinhar unicamente aspectos biológicos, jogos de linguagem ou gramáticas no exame dessa Razão é um engano intelectual-científico.

Pressupondo-se que a racionalidade está sujeita a uma miríade de intempéries, como o problema da dominação ou da utilização da força, uma Razão que se objetiva nos jogos de linguagem e na gramática está submetida aos mesmos percalços. Isto porque a Razão em Wittgenstein é abertamente entendida na efemeridade das ações humanas, é uma racionalidade do confronto, não uma Razão abstrata, transcendente. Mas, ainda que sutilmente, a gramática e os jogos de linguagem, como um padrão de racionalidade, podem colaborar no equacionamento mais profícuo, sem abraçar o universalismo etnocêntrico, das problemáticas em cuja resolução a Razão abstrata e ideal fracassou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto precedentemente, consegue-se apreender que, não obstante a fachada de uma Filosofia ‘não-sistemática’, Wittgenstein procurou –com seus aforismos– não apenas desmontar as visões clássicas acerca da linguagem, como também intentou refletir sobre as fronteiras da Razão, entendidas como os limites da linguagem, ainda que tenha feito tal tarefa sob perspectivas bastante diferentes. Sendo assim, seu pensamento oferece sólido material para se pensar importantes temáticas do tempo presente, como a crise da Razão moderna, por exemplo.

Ao se apreender a questão da racionalidade a partir da perspectiva wittgensteiniana, nota-se que o autor abandona uma acepção semântica para abraçar uma acepção predominantemente pragmática. Na segunda parte de sua produção intelectual, as significações das palavras são fornecidas pela utilização que delas se fazem e não pela nomeação de objetos. A linguagem não é somente uma ‘representação’ do mundo, mas um modo de ‘interagir’, de atuar na realidade concreta. Viu-se também que Wittgenstein chama de ‘jogos de linguagem’ ao complexo formado pela linguagem e pelas atividades com as quais os indivíduos interagem no mundo. Não há a essência da linguagem, mas somente jogos de linguagem. Com tal noção, o filósofo destituiu as visões essencialistas, tradicionais na Filosofia.

Wittgenstein, então, rechaça a idéia da gramática enquanto um conjunto de regras de sintaxe que retrata a lógica como um âmbito metafísico externo à linguagem, e adota a noção da gramática enquanto um conjunto de regras ancoradas não na metafísica, mas sim na pragmática da linguagem em uma certa forma de vida. Isso permite uma idéia de racionalidade enquanto derivada do emprego que se faz da linguagem. Com tal ponto de vista, o autor se posiciona de maneira contrária às visões filosóficas clássicas, que proclamam, em diferentes estilos, uma acepção ontológica para balizar a linguagem, a racionalidade e a realidade.

Ele de certa forma combateu a idéia de que uma ‘categoria’ seria um padrão universal para a ordenação e compreensão do mundo. A gramática wittgensteiniana não tem esse conceito como necessário. Notadamente, partindo-se de uma perspectiva pragmática, não se deve pensar numa ‘categorização universal’ e nem mesmo em discursos ‘transcategoriais’. O que possibilita a conformação de uma racionalidade entre distintas formas de vida é o

fato de que tais formas de vida conseguem compartilhar similaridades em suas respectivas práticas sociais. Sem pressupor fundamentos últimos, a Razão funciona assentada nos jogos de linguagem. E, ainda que os critérios de julgamento sejam gramaticais, são aprimorados pelas interações entre os jogos de linguagem, pela vida concreta.

Esta perspectiva de Razão, na medida em que agrega o caráter relacional dos jogos de linguagem, a competência linguística humana e a gramática, favorece uma abordagem de vanguarda acerca do relativismo *versus* universalismo. Nesta visão, apesar de uma forma de vida estabelecer seus próprios critérios de racionalidade, pode interagir racionalmente com formas de vidas outras. Portanto, tal modelo de racionalidade se contrapõe ao pressuposto Moderno de Razão porque não se pretende alicerçado por fundamentos últimos nem ter uma validade universal e atemporal. E mesmo que tal gramática seja assentada na habilidade biológica da linguagem, não se reduz ao aspecto fisiológico, como se a Razão fosse um mero sistema biológico.

Nesta situação, a gramática se espalha por uma rede multitentacular, vinculada com outras redes. Eis porque se constitui um erro superestimar isoladamente o papel da gramática (Linguística tradicional), as determinações biológicas (Psicologia clássica) ou as interações pragmáticas (Sociologia positivista) no entendimento da Razão. O resultado é uma revisitação dos paradigmas idealistas, biologizantes, empiristas, etc. Enquanto soma interativa de todas estas esferas (e outras não citadas aqui), a racionalidade goza de uma especificidade que lhe concede certa autonomia, tanto enquanto fenômeno, quanto objeto de investigação científica. Assim, Wittgenstein é consciente de que este modelo de Razão não é um instrumento de alcance universal, sendo erigida na transitoriedade das ações sociais.

À guisa de conclusões, pode-se postular que Wittgenstein põe no lugar da Razão moderna fundacionista, representacionista e essencialista, uma racionalidade sem sustentáculos últimos, que não ambiciona prover ‘a’ representação do cosmos, mas somente parâmetros pragmáticos para se lidar com o mundo. Tal abordagem sobre a racionalidade, que emerge da segunda Filosofia wittgensteiniana, parece ser mais rica para se tratar dos problemas filosóficos e especialmente das temáticas psicossociais que envolvem o estudo da linguagem humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CHOMSKY, Avram N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CONDÉ, Mauro L. L. *As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2001. Tese de doutorado.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “Introduction: Rhizome”. In: *Mille Plateaux*. Paris: Édition de Minuit, 1980.
- DURAND, Gilbert. *L’imaginaire: essai sur les sciences et la philosophie de l’image*. Paris: Hatier, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HARRIES, Karsten. “Two conflicting interpretations of language in Wittgenstein’s Investigations”. In: *Kant-Studien*, 59. Heft 4, 1968.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2^a edição. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1993.

- MORENO, Arley. *Wittgesntein através das imagens*. Campinas: Unicamp, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. "Des représentations collectives aux représentations sociales". In: JODELET, D. (org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.
- RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- PETERFALVI, J. *Introdução à psicolingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*. São Paulo: Edusp, 1977.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994. Ibid. *Observaciones a la Rama Dorada de Frazer*. Madrid: Editorial Tecnos, 1992.